

Exmo. Senhor
Chefe do Gabinete
de S. Exa. a Ministra Adjunta e dos Assuntos
Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA 2177	SUA COMUNICAÇÃO DE 07-12-2023	NOSSA REFERÊNCIA Nº: 914/2024 ENT.: 1321/2024 PROC. Nº: 868.01	DATA 12-02-2024
------------------------	----------------------------------	---	--------------------

ASSUNTO: Pergunta n.º 262/XV/2.^a - 7 de dezembro de 2023

Em resposta à pergunta n.º 262/XV/2.^a, somos a informar que do programa do XXIII Governo Constitucional, que iniciou funções no dia 30 de março de 2022, constava a «conclusão da revisão das carreiras não revistas, com uma discussão alargada e transparente para harmonizar regimes, garantir a equidade e a sustentabilidade, assegurando percursos profissionais assentes no mérito».

No que respeita à valorização das condições remuneratórias das forças de segurança, importa salientar que, em 2023, houve um aumento de 2 níveis remuneratórios para o 1.º escalão dos profissionais da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia de Segurança Pública (PSP) – em vez de apenas 1, como para os restantes funcionários da Administração Pública. Esse aumento implicou o correspondente acréscimo na componente variável do suplemento de risco, que é de 20% do salário-base.

Quanto à componente fixa do suplemento de risco, em 2021, procedeu-se ao aumento de 31€ para 100€, correspondendo a um investimento anual permanente superior a 50M€.

Entre 2022 e 2026, ficou também definido um aumento médio de 20% nos salários e abonos: 29% para Guardas/Agentes, 16% para Sargentos/Chefes e 14% para Oficiais.

Este ano, vão ser ainda investidos cerca de 51 M€ em promoções, progressões, graduações e ingressos na GNR e PSP.

Recorde-se que o orçamento para remunerações nas Forças de Segurança (FS) aumentou 32,6% – mais 426 milhões de euros (M€) –, entre 2015 e 2024. A isto acresce o investimento em infraestruturas e equipamentos, bem como em alojamentos, habitação e condições de vida.

Todas estas revisões foram feitas enquanto o XXIII Governo Constitucional estava na plenitude das suas funções, e todos os restantes processos negociais que estavam em curso foram interrompidos no momento em que o Governo entrou em gestão.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Vítor Teixeira de Sousa